



1 Ata da 15ª reunião ordinária do CMS – Aos vinte e quatro dias do mês de
2 outubro de dois mil e dezessete, às dezoito horas e trinta e sete minutos, na sala
3 de reuniões, situada à Rua: Balduino Taques, 445 – Centro. Realizou-se a décima
4 quinta reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde. **Presentes os**
5 **conselheiros Titulares:** Diego Osmar Rodrigues, André Luiz Albuquerque Lisboa,
6 Jefferson Magno Pereira, Elaine Cristina Rinaldi, Ana Paula Tozetto, Regina Rosa
7 Pedrozo Rosa, Cláudia Cristina Saveli, Maria Alina Lurdes Oliveira, Felipe Simão
8 Pontes, Paulo Saincler Heusi, José Timóteo Vasconcellos Sobrinho, e Ana Maria
9 Bourguignon de Lima. **Presentes Conselheiros Suplentes:** Bruno Cavasotti
10 Almeida, Ana Caetano Pinto, Ailton José Spitzer e Recson Eder Marques Pelentil.
11 O Presidente José Timóteo Vasconcellos Sobrinho assume os trabalhos e procede
12 a abertura da reunião, cumprimentando a todos os presentes. **PAUTA: 1. Leitura e**
13 **Aprovação da 14ª Ata da reunião Ordinária. 2. Relato Geral. 2.1. Relato das**
14 **Comissões. 3. Informes Gerais: 4. Ordem do Dia. 4.1. Apresentação do**
15 **Orçamento atual do CMS. 4.2. Apresentação do Protocolo de Acolhimento.**
16 **4.3. Apreciação da Abertura de Credenciamento das Clínicas de Fisioterapia**
17 **para 2017 /2018. 1. Leitura e Aprovação da 14ª Ata da Reunião Ordinária.** A 14ª
18 ata após as correções, ficara para a aprovação na próxima reunião. **2. Relato**
19 **Geral. 2.1. Relato das Comissões.** Não teve relato das comissões. **3. Informes**
20 **Gerais:** O conselheiro Diego Osmar Rodrigues comunica que devido a sua
21 substituição na última reunião, ele não faz mais parte da Mesa Diretora do CMS,
22 diz que vai participar da Comissão de Orçamento, Programas e Projetos. Diz ainda
23 que não pode estar na última reunião, mas gostaria de agradecer a conselheira
24 Ana Maria Bourguignon de Lima da disponibilidade no evento, e você fez um relato
25 digno do que produzimos no evento do 1º Seminário Municipal do Controle Social,
26 diz que ainda não conseguimos dar encaminhamento a Carta que tínhamos
27 definido no evento de encaminhar a “Carta em Defesa do SUS” para o Conselho
28 Estadual de Saúde e para o Conselho Nacional de Saúde. Referente ao de Plano
29 Municipal de Saúde gostaria de colocar algumas questões importantes, como a
30 construção do Plano Municipal de Saúde este ano foi uma produção ascendente,
31 tivemos a participação da sociedade civil, dos conselheiros de saúde, este Plano
32 em si ele reflete um trabalho de técnico da SMS, tivemos só a presença do Sr.
33 Robson Xavier da Silva como cargo comissionado, foi um Plano feito por servidores
34 da SMS, não tivemos uma estrelinha fazendo o Plano tivemos várias, uma
35 constelação de servidores que construíram um Plano participativo, que levaram em
36 consideração as proposta do controle social, quero agradecer pelas contribuições
37 que vocês fizeram na última reunião, acredito que o papel do conselheiro é
38 justamente esse, diz que as contribuições que foram feitas na última reunião foram
39 pertinentes. Diz ainda que todas as questões foram contempladas nas metas do
40 Plano Municipal de Saúde de 2018/2021. A conselheira Ana Paula Tozetto explana
41 que se retrata porque ele (se refere ao Sr. Robson Xavier da Silva) pediu a
42 confirmação referente a minha fala na última reunião do CMS; quando disse que as
43 ambulâncias estavam amarradas com ataduras. A ambulância de nº 318 a placa é



44 AOQ 2256, diz que está semana a ambulância foi para a Retimaaq, porém a
45 ambulância continua amarrada com uma braçadeira preta, tiram a atadura e
46 colocaram uma braçadeira preta, e a ambulância de nº 574 que continua rodando
47 os pneus estão carecas, diz que fazem rodízio trocam o pneu da trazeira colocam
48 na frente. Diz que existe um fluxo bem grande da rede porque a Retimaaq demora
49 para entregar, porque o pagamento está atrasado. Apresenta na tela à ambulância
50 amarrada, e a ambulância com os pneus carecas. Diz que existem duas
51 ambulâncias novas que rodam menos que eles utilizam mais para a saída do
52 medico e UTI, mas as ambulâncias que transportam a grande massa de paciente
53 estão nestas condições, Fala que gostaria de se retratar porque o Secretário
54 Adjunto de Gestão em Saúde Sr. Robson Xavier da Silva disse que era grave a
55 minha denuncia por isso trouxe o pen drive e as fotos. A conselheira Ana Maria
56 Bourguignon de Lima explana que gostaria de perguntar em que momento nós
57 vamos falar sobre as metas do CMS, temos que fazer uma reunião interna no CMS
58 para definir está questão para que seja incluída no Plano Municipal de Saúde de
59 2018/2021. O conselheiro Diego Osmar Rodrigues fala que essa foi uma de nossas
60 metas revistas até porque temos umas celebrações antigas sobre essas questões,
61 mas como a mesa diretora deliberou, eu faço isso em uma próxima reunião. O
62 conselheiro Felipe Simão Pontes explana que a denuncia da conselheira Ana Paula
63 Tozetto deve ser encaminhada por este conselho por este Conselho para os órgãos
64 competentes sobre a forma de denuncia, porque não podemos ver uma situação
65 dessas e não se pronunciar e não encaminhar de maneira como tem que ser
66 encaminhada. A conselheira Ana Paula Tozetto explana que é feito a denuncia é
67 feita através do jornal (SINDSERV), o jornal do SINDSERV de dezembro de 2014
68 já trazia as ambulâncias nessas precariedades; diz ainda que aí entra num
69 parâmetro; como sindicato nós levamos em conta o servidor, e o servidor tem horas
70 que acaba acatando ordem de trabalhar por questão de medo de ser penalizado e
71 retirado do local, ele não pode, mas até provar contrario ele (se refere ao
72 funcionário) vai ser afastado. A 1ª secretaria Maria Alina Lurdes Oliveira explana
73 que no dia 12 de outubro surgiu uma liminar que impediu os enfermeiros de
74 trabalhar de poder fazer as solicitações de exames na atenção primaria isso veio
75 com um impacto muito importante, estamos em pleno outubro rosa, na campanha
76 de coleta de exames e estávamos impedidos de realizar, apenas na quinta feira
77 (13/10/2017) passa que caiu a liminar e pudemos retomar os trabalhos, enquanto
78 enfermeiros para fazer essa parte de prevenção principalmente no outubro rosa; é
79 claro que existe um desmonte do SUS, primeiro foi com a parte do PNAB (política
80 nacional de atenção básica) que a principio não constava o nome do enfermeiro,
81 equipe mínima. Foi o Conselho Federal de medicina pelo ato médico que fez com
82 que surgisse essa liminar impedindo os enfermeiros de fazer a solicitação de
83 exames, foi uma coisa muito grave nós enquanto enfermeiro lutamos muito pela
84 saúde da população, trabalhamos com a parte da prevenção, nosso trabalho ficou
85 prejudicado por mais de uma semana, as unidades estavam em plena campanha
86 de outubro rosa, com certeza houve um atraso de pré-natais, por isso acha



87 importante a apresentação dos protocolos porque nesses protocolos trazem o que
88 os enfermeiros podem ou não fazer, inclusive nós solicitamos toda a rotina do pré-
89 natal. Fala ainda que conseguiram reverter a liminar, mas não sabe por quanto
90 tempo, gostaria de deixar todos a par porque tem certeza que nós enquanto
91 conselheiros temos que lutar sim por uma saúde de qualidade, principalmente com
92 as atribuições dos profissionais da enfermagem que estão prejudicados por está
93 liminar, e prejudicando principalmente o usuário. A 1ª secretária Maria Alina Lurdes
94 Oliveira explana referente ao ofício nº 104/2017 da SMS a indicação de um
95 conselheiro de saúde para compor a Comissão de Avaliação e Acompanhamento
96 do Contrato nº 419/2017 entre o Município de Ponta Grossa e a Sociedade
97 Beneficente São Camilo. Indicado o conselheiro André Luis Albuquerque Lisboa. O
98 conselheiro Felipe Simão Pontes sugere que o CMS se posicionasse favorável a
99 categoria dos enfermeiros uma vez que a defesa do ato médico foi manifesto, no
100 conselho federal de medicina e inviabiliza o trabalho das equipes da saúde da
101 família, penso que foi uma batalha que a categoria venceu mas tem uma liminar
102 acredita que a ameaça continua batendo e este conselho como representante da
103 sociedade civil deve deixar registrado que nós apoiamos está questão da categoria
104 da enfermagem. A conselheira Ana Maria Bourguignon de Lima explana que a
105 mesma representa o CMS no Comitê Regional de Mortalidade Materna, Infantil e
106 Fetal, informa que este ano não terá mais reuniões, diz que saiu uma portaria da
107 SESA que vai ser montada uma comissão técnica para analisar os óbitos. O
108 presidente José Timóteo Vasconcellos informa que a conselheira Beatriz Martins
109 Ciriaco de Francisco foi indicada para participar do curso formação de
110 multiplicadores para capacitação de conselheiros de saúde, não foi porque a SMS
111 só disponibilizou o carro, faltando hospedagem e alimentação. O conselheiro Diego
112 Osmar Rodrigues explana que contudo nós temos uma determinação do Tribunal
113 de Contas do Paraná, que não se pode pagar diárias para quem não é servidor;
114 acontece que o processo chegou pra nós dia 11/10/2017 e o curso era dia
115 18/10/2017, dentro das possibilidades e das legalidades que nós temos
116 poderíamos ceder o veículo se o CMS optasse também por um funcionário seria
117 muito mais fácil pra nós para providenciar a diária se for servidor, o servidor tem
118 direito de receber está diária e que está diária custeio o deslocamento,
119 hospedagem e alimentação; neste caso específico sendo a conselheira da
120 sociedade civil nós não temos nem um encaminhamento e despesa de
121 ressarcimento de notas a CLT que traz o nosso regime só permite que se faça o
122 pagamento de diárias para quem é servidor público; só queria que fosse colocado
123 essa dificuldade nossa no sentido de que temos que trabalhar conforme a lei nº
124 141. A 1ª secretária Maria Alina Lurdes Oliveira explana que gostaria de colocar
125 que estávamos aqui com dois representantes do gestor e conversamos em
126 particular com o Sr. Luiz Antonio Delgobo e em momento nenhum foi nos colocado
127 o que você está nos colocando agora; porque até mesmo eu ou outro servidor iria
128 se dispor para ajudar o CMS; diz que foi uma falha de gestão pela falta de
129 comunicação. O conselheiro Recson Eder Pelentil pergunta a onde está a verba do



130 CMS para bancar está verba, porque o CMS teria que dar o suporte para a
131 conselheira. A Sr^a Elaine Machado explana que até poderia ter sido feito mas não
132 seria diária, faríamos três orçamentos mas perto do evento com alimentação aí
133 daria para fazer sem problema nenhum, o que o Sr. Diego quis dizer que
134 diretamente para o conselheiro não poderia fazer. O conselheiro André Luis
135 Albuquerque Lisboa informa que ele participou do curso formação de
136 multiplicadores para capacitação de conselheiros de saúde; diz que o objetivo do
137 curso é pra ser multiplicador da questão do controle social da questão da
138 legislação, não tratou em si das leis esse é o dever de casa de quem participou
139 desse evento de capacitação de multiplicador, a maioria dos que estão lá já são
140 conselheiros, de toda a região do macro leste, tinha pessoas com muito
141 conhecimento de conselho e eu que não tinha nenhum conhecimento; depois de
142 novembro que vai ser feito a próxima capacitação para dar continuidade, vamos
143 fazer um estudo da legislação do que precisa ser aplicado; a idéia é fazer isso com
144 a nova composição do CMS. **4.1. Apresentação do Orçamento atual do CMS.** O
145 Sr. conselheiro Diego Osmar Rodrigues explana que a dispensa orçada em 2017
146 do CMS, tivemos o desmembramento em natureza de despesas em equipamentos
147 e matérias permanentes foi feito uma previsão orçamentária de R\$ 6.755,53 (seis
148 setecentos e cinqüenta e cinco reais e cinqüenta e três centavos) não quer dizer
149 que este valor previsto pelo orçamento, tem que orça para abrir a despesa
150 orçamentária; em relação a manutenção das atividades do CMS diárias de pessoal
151 civil foi aberto essa categoria no valor de R\$ 3.768,48 (três mil setecentos e
152 sessenta e oito reais e quarenta e oito centavos, vamos ver pra frente que não foi
153 utilizado nenhum saldo disso, enfim não tivemos nenhuma alteração da legislação
154 que permitisse o pagamento de diárias aos conselheiros de saúde não sendo eles
155 servidores, é melhor garantir que se abra essa natureza de despesa do que não se
156 tenha ela e depois tenha que se incluir, material de consumo foi feito uma previsão
157 de R\$ 11. 932,98 (onze mil novecentos e trinta e dois reais e noventa e oito
158 centavos)

159

160